

## Problemática habitacional

Pela primeira vez um governo deu ênfase ao problema habitacional, como o governo que emergiu do recente movimento revolucionário.

Vimos, então, esposadas pelo ministro do Planejamento, o economista Roberto de Oliveira Campos, que o problema habitacional brasileiro é um problema de envergadura e dos que mais reclamam solução.

Nossa crise de habitação, a crise que se insere no quadro latino-americano, alcança nesta década uma modificação que se deve levar em conta, se quiser examinar, objetivamente, o problema.

Efetivamente, se faltam habitações na América Latina, a década que estamos vivendo é aquela em que os dados mudam de posição: pode-se afirmar que em 1970, a América Latina será, predominantemente, uma sociedade de características urbanas bem pronunciadas, embora a transferência da população, do campo para a cidade, se faça num plano de superurbanização caótica, como recentemente denominava a problemática o arquiteto Mauricio Gómez Mayorga, em amplo estudo divulgado no México.

Os dados da previsão são muito claros e tornam evidente qualquer argumentação demonstrativa ao simples enunciado: dentro de seis anos, cerca de 138 milhões de latino-americanos estarão localizados nos centros urbanos, e nas zonas rurais cerca de 118 milhões. Ora, em 1960, ao iniciarmos a década, havia 103 milhões de habitantes no campo e 95 milhões nas cidades. No Brasil, a previsão ainda não demonstrará a superação da população rural sobre a urbana, mas a proximidade dos números indica para breve a transferência da maioria. De fato, teremos, conforme a logística, uma população urbana de 39 milhões e 700 mil e uma população rural de 44 milhões e 600 mil. Em S. Paulo, a precipitação humana para a área urbana, sempre dentro duma superurbanização caótica, foi verificada, na década de 40 a 50, período de maior intensidade, na ordem de 60%...

Teremos, seguramente, nesta década que estamos vivendo, uma precipitação demográfica paulistana tão intensa quanto o último dos números citados, se os objetivos da nova política forem, pelo menos, parcialmente, atingidos. Já começa a haver claros indícios de que as fábricas, em torno de S. Paulo, aprestam-se para novos desdobramentos. Não se providenciou nenhuma legislação capacitada a transferir para outras áreas o desenvolvimento industrial. Ainda se acredita na capacidade de abastecimento da energia elétrica, pelo conjunto Light, embora a crise da energia tenha demonstrado por sua vez que o sistema energético não se encontre sobrecarregado. A estiagem demonstrou a fragilidade do sistema. Diante desta situação que não abordamos senão á ligeira, numa análise sumária, a iniciativa governamental, dando prioridade à uma política habitacional, é louvável, devendo ser inteligentemente entrosada nos demais dados do planejamento. Como se trata de uma inovação administrativa, o planejamento em extensão e profundidade, nos noventa dias transcorridos desde o início de trabalho do novo Ministério, o do Planejamento, precisa ser aguardado com precaução, a fim de se poder avaliar até que ponto ele determinará modificações mais incisivas nas soluções de que poderemos dispôr. De toda a forma, foi dada empolgante ênfase ao problema, e temos de registrar, nesta coluna em que tantas vezes — quase sempre à entrada de um novo ano, quase sempre no início de um novo governo — reiteramos a importância de que se revestiam os aspectos deficitários, que faziam e fazem a nossa crise de habitação, e que deram particular relevo a êsse enxovalhante crescimento das favelas, dos tugúrios, implicando todos os males do marginalismo de nossas populações urbanas e suas danosas consequências coletivas.

Esperamos, nêstes dias, a primeira legislação sobre o Problema Habitacional. Não demorará, felizmente, a discussão legislativa, nem a votação do projeto. Medidas complementares, como uma solução ao problema do inquilinato, que há mais de vinte anos se arrasta sob um danoso, falso e falseado congelamento, também concorrerão para dar um paradeiro à crise. Voltaremos, então, ao estudo mais amplo das medidas a serem aplicadas, conforme a nova legislação. Contra a crise habitacional levantou-se o estado de alerta da administração — finalmente chegamos a êste ponto. É um ponto de partida para uma esperança, nome que se deve dar à iluminação otimista da expectativa.

